

AS INFLUÊNCIAS DO NEOLIBERALISMO NO TRABALHO DO PROFESSOR BRASILEIRO

THE INFLUENCES OF NEOLIBERALISM ON BRAZILIAN TEACHER'S WORK

LAS INFLUENCIAS DEL NEOLIBERALISMO EN EL TRABAJO DEL PROFESSOR BRASILEÑO

Fábio STOFFELS¹
Wesley Luis CARVALHAES²
Daniella Lopes de Souza MACHADO³

RESUMO: Este artigo analisa as influências neoliberais no Estado e nas políticas educacionais brasileiras das últimas décadas e as mudanças ocasionadas por essas políticas na atuação profissional do professor. A partir de uma pesquisa bibliográfica que descreve o modelo econômico neoliberal e resgata a sua chegada ao Brasil dos anos 1990, buscou-se compreender as transformações que esse modelo trouxe ao Estado brasileiro e às escolas nos últimos anos a fim de se fazer uma leitura crítica sobre como a descaracterização do trabalho do professor vem acontecendo na contemporaneidade. Percebe-se que a proposta avaliativa do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que responde à necessidade neoliberal de controle dos serviços públicos, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outras propostas governamentais, transformam cotidianamente as atividades da escola e as práticas do professor, controlando o que e como ele ensina e alinhando o seu trabalho às premissas neoliberais.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação. Docência. Instrução.

ABSTRACT: *This article analyzes the neoliberal influences in the Brazilian State and its educational policies through recent decades and the changes caused by these policies in the professional performance of teachers. From bibliographical research that describes the neoliberal economic model and rescues its arrival in Brazil in the 1990s, we sought to understand the transformations that this model brought to the Brazilian State and to schools in recent years in order to make a critical reading regarding how the mischaracterization of the teacher's work has been happening in contemporary times. It can be seen that the evaluation proposal of the Basic Education Assessment System (Saeb), which responds to the neoliberal need to control public services, and Brazil's National Common Core Curriculum (BNCC), among other government proposals, transform both school activities and teacher practices daily, controlling what and how they teach, aligning their work with neoliberal premises.*

Keywords: Neoliberalism. Education. Teaching. Instruction.

¹ Mestre em Educação. UEG, Inhumas, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9293-8631>. E-mail: fabiostoffels@hotmail.com.

² Doutor em Letras e Linguística. UEG, Inhumas, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4669-5533>. E-mail: wesley.carvalhaes@ueg.br.

³ Mestre em Educação. UEG, Inhumas, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1915-8743>. Email: daniellalopesdesouza@gmail.com.

RESUMEN: *Este artículo analiza las influencias neoliberales en el Estado y en las políticas educativas brasileñas de las últimas décadas y los cambios provocados por esas políticas en el desempeño profesional del docente. A partir de una investigación bibliográfica que describe el modelo económico neoliberal y rescata su llegada a Brasil en la década de 1990, se buscó las transformaciones que ese modelo trajo al Estado brasileño y a las escuelas en los últimos años para hacer una lectura crítica sobre cómo la descaracterización del trabajo del profesor viene ocurriendo en la contemporaneidad. Se percibe que la propuesta valorativa del Sistema de Evaluación de la Educación Básica (Saeb), que responde a la necesidad neoliberal de control de los servicios públicos, y la Base Curricular Común Nacional (BNCC), entre otras propuestas gubernamentales, transforman las actividades de la escuela y las prácticas del profesor, controlando qué y cómo enseña y alineando su trabajo con premisas neoliberales.*

Palabras clave: *Neoliberalismo. Educación. Docencia. Instrucción.*

Introdução

Desde que surgiu na primeira metade do século XX⁴, o neoliberalismo tem modificado as relações econômicas do modo de produção e impactado as maneiras de pensar, agir e sentir dos indivíduos. Como a escola não está livre dessas modificações da esfera humana e social, elas acabaram alterando as concepções educacionais, as maneiras de se ensinar e os conteúdos e os materiais que fazem parte das aulas ministradas nas unidades educacionais. Tomada por influências neoliberais, a educação brasileira contemporânea adota, cada vez mais, práticas educativas instrumentais e pragmatistas, que priorizam a eficácia e a utilidade, e o professor é estimulado a deixar de lado uma perspectiva de formação ética e estética para instruir seus alunos na execução de procedimentos.

Essas alterações no processo educativo acabam modificando consideravelmente o trabalho do professor, que deixa de ser um formador de sujeitos emancipados e críticos para ser um mero reproduzidor de práticas alinhadas a um sistema que objetiva apenas formar para o trabalho, docilizar e produzir indivíduos acríticos. Diante disso, este artigo analisa essas mudanças no trabalho do professor e busca compreender como ocorre a relação entre o neoliberalismo e a escola.

Metodologia

⁴ Dardot e Laval (2016) datam a origem das ideias neoliberais e do termo neoliberalismo em 1938, no Colóquio Walter Lippmann, em Paris. Nas décadas seguintes, essas ideias foram gestadas e acabaram marcando os governos de Margareth Thatcher (Reino Unido) e Ronald Reagan (Estados Unidos da América) anos depois.

Conforme Tonozi-Reis (2009, p. 36, grifo da autora), a pesquisa bibliográfica caracteriza-se, fundamentalmente, pelo “fato de que o campo onde será feita a coleta dos dados é a própria *bibliografia* sobre o tema ou objeto que se pretende investigar”. Isso requer do pesquisador, além de disciplina e objetividade no tratamento das fontes, um movimento interpretativo que lhe permita a reelaboração de um percurso conceitual acerca do tema em tela. Segundo Severino (1985, p. 60):

Interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor.

Inserida nesse movimento interpretativo, esta pesquisa é uma revisão bibliográfica que utiliza fontes de informação impressas e digitais para acessar reflexões teóricas e resultados de pesquisa de outros autores a fim de compreender quais são as origens e as características do neoliberalismo e como esse modelo econômico vem transformando o Estado brasileiro, as políticas para a educação e a prática do professor em sala de aula.

Para isso, foram utilizadas técnicas relacionadas ao estudo bibliográfico: leitura de livros, de artigos científicos e construção de fichas de leitura para o momento de análise e discussão dos dados. Os resultados foram organizados em três seções: Neoliberalismo – gênese e episteme; Influências do neoliberalismo na educação; Considerações finais. O objetivo final deste estudo é avançar na compreensão de como o trabalho do professor brasileiro em sala de aula vem sendo transformado pelas influências do Estado neoliberal e pelas suas políticas para a educação.

Neoliberalismo – gênese e *episteme*

Ciente de que, na literatura acadêmica, existe atualmente um debate sobre o conceito de neoliberalismo, sobre suas rupturas ou continuidades e sobre a sua existência ou não, é necessário delimitar de que ponto se parte quando se cita esse termo neste estudo. Nesta discussão, embora se tenha ciência de outras concepções como ultraliberalismo e novo neoliberalismo, adota-se a perspectiva de neoliberalismo

foucaultiana, defendida por Dardot e Laval (2016). Segundo esses autores, o neoliberalismo constitui-se em uma nova racionalidade, ultrapassando os limites de uma teoria econômica ou de uma ideologia. A subjetivação neoliberal estrutura a conduta e a organização da sociedade e supera a dimensão econômica, englobando outras dimensões da vida humana.

A racionalidade neoliberal não é monológica e constitui-se a partir de uma série de discursos e práticas, que têm a concorrência como pilar central. Essa concorrência acaba cooptando o Estado, como destaca Brown (2019, p.31):

os princípios do mercado se tornam princípios de governo aplicados pelo e no Estado, mas também que circulam através de instituições e entidades de toda a sociedade – escolas, locais de trabalho, clínicas, etc. Esses princípios tornam-se princípios de realidade que saturam e governam cada esfera da existência e reorientam o próprio *homo economicus*, transformando-o de um sujeito da troca e da satisfação (liberalismo clássico) em um sujeito de competição e do aprimoramento do capital humano.

Essa escolha se justifica pelo objetivo deste trabalho que, ao discutir o neoliberalismo, destaca as transformações que ele proporciona nas configurações de Estado e nas práticas de governar, para se perceber como, na nova gestão pública, a concorrência, a racionalização do gasto público, a necessidade de controle e a obsessão por resultados quantitativos que comprovem a eficiência afetam a educação e a política de avaliação educacional brasileira.

Segundo Dardot e Laval (2016), a elaboração de princípios de governo a partir de princípios de mercado é uma das principais premissas que separam a racionalidade neoliberal da do liberalismo clássico e da democracia keynesiana. Essa troca de perspectiva do Estado é que propiciou a “reprogramação da governamentalidade”, instalou o empreendedorismo do sujeito e converteu o trabalho em capital humano, marcas do neoliberalismo contemporâneo (BROWN, 2019, p. 31).

Nascidas como uma contrapartida do capitalismo ao Estado de bem-estar social que dominou o cenário mundial depois da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929, as ideias neoliberais despontam como uma resposta de vários economistas para resolver a crise do capital⁵ que se destacou no mundo na década de 70. Essa nova forma do

⁵ Uma das características desse modo de governo é que se alimenta e se radicaliza por meio de suas próprias crises. Mediante a crise e justificando suas reformas a partir dela, ele sustenta-se e reforça-se a partir das tribulações econômicas e sociais por ele mesmo geradas. Sua resposta é invariável: em vez de

liberalismo capitalista surgiu nos países centrais, como os Estados Unidos da América e Reino Unido, e aos poucos foi sendo replicada em países periféricos, num projeto audacioso de instaurar uma nova forma de gerir o Estado que possibilitasse a abertura para uma economia global mais eficiente (DARDOT; LAVAL, 2016).

Em seu projeto reformista, o neoliberalismo afirma ser a solução para a crise gerada pelo Estado-providência ou socialdemocrata que, com suas políticas econômicas e sociais, visava à garantia de direitos para que a sociedade tivesse a possibilidade de viver em um estado de bem-estar. O Estado, na perspectiva socialdemocrata, passou a intervir na economia, a regular as relações comerciais e de trabalho e a prover uma gama de direitos sociais. O governo, com suas intervenções, passou, portanto, a garantir condições mínimas nas áreas de saúde, educação, habitação, seguridade social, etc., e, em momentos de crise, a fazer as mudanças necessárias na economia para que esses direitos sociais fossem mantidos, contrariando os preceitos liberais clássicos.

Para os neoliberais, no entanto, o Estado tem de ser mínimo, e o mercado deve ser o grande regulador econômico e social. Segundo Pires e Reis (1999, p. 32), os pilares da proposta neoliberal são “a moeda estável, a concentração de riquezas, a contenção de gastos com as funções sociais do Estado, o combate ao sindicalismo e a taxa natural de desemprego”. Brown (2019) acrescenta a esses pilares a desregulação do capital (desmantelamento de suas barreiras), a financeirização e a redução de impostos e tarifas amigáveis para os investidores estrangeiros. A crise fiscal por que passavam a maior parte dos países socialdemocratas foi o mote para se apregoar que os gastos públicos deveriam ser diminuídos, que o Estado deveria ser menor e mais eficiente e que o excesso de direitos trabalhistas e sociais era o principal motivador da crise econômica mundial.

Na proposta neoliberal, o Estado mínimo não quer dizer, segundo Pires e Reis (1999), Estado fraco. Segundo essas autoras, o Estado deve continuar sendo forte e regulador, mas não deve ter tantas obrigações sociais. Nessa perspectiva, o cidadão deve arcar com suas necessidades, e o mercado deve ser o grande regulador econômico. Nesse projeto de desresponsabilização do Estado, entra em cena, no projeto dos

questionar a lógica que as provocou, é preciso levar ainda mais longe essa mesma lógica e procurar reforçá-la indefinidamente (DARDOT; LAVAL, 2016).

neoliberais, a família⁶, que passa a ser responsabilizada pela manutenção de seus membros, como destaca Brown (2019, p. 51)

[...] enquanto os investimentos sociais na educação, habitação, saúde, cuidado infantil e seguridade são reduzidos, delega-se novamente à família a tarefa de prover para todos os dependentes – jovens, velhos, enfermos, desempregados, estudantes endividados ou adultos deprimidos ou viciados.

Ao Estado, na perspectiva neoliberal, cabe a função de impor políticas que favoreçam a liberdade do mercado e de transferir para o mercado todas as funções públicas não essenciais. Brown (2019, p. 31) destaca também que, no projeto neoliberal,

os mercados competitivos necessitam de suporte político e, portanto, de uma nova forma [...] de governamentalização. Na nova racionalidade governamental, por um lado, todo governo é para os mercados, orientado para os mercados e orientado por princípios de mercado, e por outro, os mercados devem ser construídos, viabilizados, amparados e ocasionalmente até mesmo resgatados por instituições políticas.

Percebe-se que o Estado, no projeto neoliberal, em vez de intervir, como no modelo socialdemocrata, passa a servir ao mercado e, por outro lado, a influência do setor privado acaba por transformá-lo, reformatando-o, aspecto a ser desenvolvido a seguir. Sendo a pior versão do capitalismo, o neoliberalismo coaduna com a ideia de que o capital exerce o poder sobre o mundo e sua concentração gera riqueza, levando as regras do mercado, cujo objetivo principal é o lucro, a influenciar todas as esferas da vida humana (DARDOT; LAVAL, 2016).

Seus apoiadores elencam uma série de argumentos que enaltecem a adoção governamental dos ideários privados. Entre eles, Carinhato (2008) destaca que, para os neoliberais, só a concorrência do mercado pode gerar bons produtos e serviços a bons preços, a liberdade de escolha e a soberania do consumidor só seriam alcançadas num ambiente de concorrência, e os cidadãos responsáveis pelas suas necessidades seriam livres, acabando-se com o paternalismo e com os privilégios do Estado-providência.

Segundo Pires e Reis (1999, p. 36), “os direitos sociais, tratados como mercadorias, são colocados no setor de serviços, serviços com os quais o Estado vai se

⁶ Brown (2019, p. 51) destaca que, a partir dessas novas responsabilidades, o neoliberalismo preservou a família da “desintegração da modernidade tardia”. Essa autora analisa também como esse estímulo à preservação dos valores familiares tradicionais contribui para o surgimento do neoconservadorismo que marca o neoliberalismo da última década.

desobrigando.” Os neoliberais pretendem repassar as responsabilidades das políticas sociais para a sociedade, por meio da privatização dos serviços públicos ou das parcerias público-privadas, por exemplo. Cada cidadão passa a ser, no Estado neoliberal, responsável pelo provimento das suas necessidades básicas, sendo o sucesso ou o fracasso na vida social sua responsabilidade. Na perspectiva da nova gestão pública neoliberal, portanto, ocorre “a transformação do usuário em consumidor, ao qual convém vender o máximo possível de produtos para aumentar a rentabilidade” (DADOT; LAVAL, 2016, p. 319).

A escolha por políticas sociais focalizadas, pelo racionamento dos gastos, pela redução da responsabilidade do Estado enquanto provedor de direitos sociais básicos à população obstaculiza e dificulta a proposição e efetivação de uma política social inclusiva. Brown (2019) analisa como o neoliberalismo vai desconstruindo a ideia de sociedade e questionando o próprio conceito de social. Para isso, analisa as ideias de Hayek⁷, representante do neoliberalismo austríaco, que questiona a existência do social e sua adequação ao critério de justiça.

Para esse teórico fundador e defensor do neoliberalismo, “o mercado e a moral [...] revelam a verdadeira natureza da justiça” (BROWN, 2019, p.45) e não cabe ao Estado contribuir para que se alcance uma equidade social e melhores condições de vida para todos. Para alcançarem o dismantelamento da sociedade e, conseqüentemente, do social, os neoliberais agem em muitas frentes, como destaca Brown ao analisar o percurso histórico de ações e posicionamentos neoliberais relacionados a esse objetivo (2019, p. 42)

epistemologicamente, o dismantelamento da sociedade envolve a negação de sua existência, como Thatcher fez nos anos 1980, ou a rejeição da preocupação com a desigualdade como “política da inveja”, uma linha que o candidato à presidência Mitt Romney adotou 30 anos depois e agora é uma réplica cotidiana contra propostas de taxaço de riqueza. Politicamente, envolve o dismantelamento ou a privatizaço do Estado social – seguridade social, educaço, parques, saúde e serviços de todos os tipos. Legalmente, envolve o manejo de

⁷ Friedrich August von Hayek foi um economista austríaco e um dos principais representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico presentes no Colóquio Walter Lippmann. Nesse colóquio, juntamente com Ludwig von Mises, defendia a ausência de ingerência do Estado e a renovaço da doutrina do *laissez-faire*. Esse ponto de vista era questionado por ordoliberais alemães como Von Hüstow e Henri Truchy, que acreditavam na possibilidade de um intervencionismo estatal liberal. Essas vozes opostas, nesse ponto, entraram em consenso ao repudiar o coletivismo, o planismo e o totalitarismo, pautas que uniram esse grupo de intelectuais e formaram as bases para o surgimento do neoliberalismo. (DARDOT; LAVAL, 2016)

reivindicações de liberdade para contestar a igualdade e o secularismo, bem como as proteções ambientais, de saúde, de segurança, laborais ao consumidor. Eticamente, envolve a contestação da justiça social por meio da autoridade natural dos valores tradicionais. Culturalmente, implica uma versão do que os ordoliberais chamaram de “desmassificação”, escorando os indivíduos e famílias contra as forças do capitalismo que os ameaçam.

O projeto neoliberal, como visto, é reelaborado constantemente, mas persegue um objetivo bem definido: a desconstrução de qualquer projeto social que busque melhorias comuns e inclusivas. Para Hayek, citado por Brown (2019, p. 47), por exemplo, “a desigualdade é essencial para o desenvolvimento” e a “evolução pode não ser justa”. O desenvolvimento da civilização, associado em suas ideias ao desenvolvimento econômico, não se importa com aqueles que, por “fraqueza ou fracasso”, ficaram excluídos e marginalizados. Há, inclusive, uma luta incansável dos neoliberais contra governos ou políticos que implementem projetos para garantir direitos aos excluídos e que lutem pela justiça social. A perspectiva neoliberal acaba deixando cada cidadão à deriva de suas próprias realizações. O cidadão, nesse modelo econômico, é o indivíduo, aquele que tem a liberdade e a obrigação de ser bem-sucedido na concorrência da vida, que se assemelha cada vez mais da concorrência do mercado.

Dardot e Laval (2016) analisam os efeitos do neoliberalismo na vida social do homem contemporâneo e trazem importantes contribuições para a sua compreensão. Segundo esses autores, a subjetivação neoliberal estrutura a conduta e a organização da sociedade em todos os níveis e supera a dimensão econômica, englobando outras dimensões da vida humana e condicionando as condições de ser e estar no mundo.

A racionalidade neoliberal é proveniente de uma série de discursos e práticas marcados que têm a concorrência como norma de conduta. O ser humano, no neoliberalismo, segundo Dardot e Laval (2016), transformou-se num sujeito-empresa, que compete com os outros pela sobrevivência e pelo sucesso, assumindo riscos e responsabilidades por sua sorte. O indivíduo passou a ser um empreendedor de si mesmo⁸, totalmente responsável por suas escolhas e que não deve ser tolhido pelo Estado, ele deve se autogovernar, ser eficiente, investir no seu capital humano e tornar-se produtivo. No mercado, esse indivíduo encontra espaço para sua autoformação como

⁸ Como consequência desse processo de estímulo à responsabilização de si mesmo, os trabalhadores hoje, nas sociedades neoliberais, entram na economia empreendendo, terceirizando seus serviços ou compartilhando suas posses e o seu tempo. Isso gerou uma tendência à desproletarização e à dessindicalização, entre outros efeitos (BROWN, 2019).

sujeito econômico e para sua autorrealização. Trata-se de um modo de vida ultracompetitivo em que se enaltecem os vencedores e desprezam-se os não-adaptados, encarados como incapazes de lidar com os desafios da vida moderna.

Esses autores analisam como a lógica da eficiência neoliberal tomou conta da gestão pública. Ao criarem a teoria da Escolha Pública⁹, os neoliberais constroem e propagam uma visão cínica dos servidores públicos, que são compreendidos como egoístas e interesseiros, como os demais indivíduos. Como isso levaria, na gestão pública, à má utilização dos recursos, as repartições públicas, então, deveriam seguir normas da gestão privada, de padrões de desempenho, eficácia e eficiência, com sistema de incentivos, indicadores de resultado e mecanismos de vigilância, punição e bônus individual (DARDOT; LAVAL, 2016). Percebe-se claramente o discurso empresarial nessa perspectiva, na qual o servidor público deve ser concebido como um empreendedor sujeito à lógica da competição, levando as instituições estatais à absorção dos padrões do mercado.

Nas décadas de 1980 e 1990, em decorrência dessas ideias, percebe-se uma reconfiguração da ação pública que insere o Estado na regra da concorrência. Com o objetivo de que se alcance uma eficácia semelhante à das empresas privadas, o Estado passa por uma reforma e reconfigura-se, deixando de ser produtor de bens e serviços para ser avaliador e controlador. Segundo Dardot e Laval (2016), a partir dessa troca de perspectiva, o Estado “mobiliza novos instrumentos de poder e, com eles, estrutura novas relações entre governo e sujeitos sociais” (p. 273).

Os neoliberais, nesse período, passaram a defender que o Estado deveria adotar uma gestão gerencial para fornecer os serviços essenciais básicos como segurança, saúde, educação e transporte. Para se fornecerem esses serviços à população, os métodos deveriam ser eficientes e os resultados dos investimentos públicos deveriam ser capazes de ser comprovados por avaliações sistemáticas. Adota-se, nesse tipo de gestão pública, a lógica da empresa privada, com uma ênfase nos resultados e nos produtos de toda e qualquer ação pública. Para que se implementem essas mudanças, a Nova Gestão Pública (NGP) propõe a troca de administradores públicos por gestores profissionalizados, com perfil de empreendedor (MARQUES, 2020).

⁹ Nos estudos econômicos, a teoria da escolha pública opõe-se à corrente que fundamenta a intervenção do Estado na economia — a economia do bem-estar. Enquanto esta se centrava nos excessos e deslizes do mercado que justificavam a intervenção do Estado, a teoria da escolha pública busca enfatizar a ineficiência do governo e os limites de sua intervenção. Essa teoria defende uma menor regulação do Estado na economia e é mote do discurso dos neoliberais.

Os programas de avaliação constituem o eixo desse tipo de gestão. É por meio deles que se estabelecem metas, controle e regulação dos serviços públicos, eixos estruturantes do estado avaliador. Essa ênfase nos resultados de avaliações responde às características da lógica neoliberal imperante, com a retirada parcial das responsabilidades do Estado nas questões sociais e o incentivo à competitividade. Por meio dos resultados, são reorientadas as práticas desenvolvidas pelas instituições públicas, que devem adaptar-se às lógicas imperantes para manutenção de sua própria sobrevivência. São os resultados quantificados que permitem garantir aos serviços “a sua eficácia comparada com a de outros atores” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 274). A partir dessa competição, coloca-se o Estado como uma empresa que se situa no mesmo plano das organizações privadas, e as instituições públicas acabam tendo que funcionar de acordo com as regras empresariais.

Na concepção de Estado avaliador, deve haver uma racionalização e uma redistribuição geral das responsabilidades e das funções entre governo central controlador e os órgãos públicos descentralizados executores, de maneira tal que o centro conservaria o controle estratégico global através de estratégias de controle e responsabilização, constituídos pela definição de metas para o sistema e o estabelecimento de critérios e processos de aferição de qualidade do produto. Isso significa que, nesse tipo de gestão, há uma dissociação entre quem executa a função pública e quem a controla. Dardot e Laval (2016, p. 317) acrescentam que a nova gestão pública

possui duas dimensões: ela introduz modos de controle mais refinados, que fazem parte de uma racionalização burocrática mais sofisticada, e embaralha as missões do serviço público, alinhando-as formalmente a uma produção do setor privado. De modo que podemos tanto ressaltar a continuidade com a antiga lógica burocrática como evidenciar alguns pontos de ruptura com ela.

Em vez de romper com a burocracia, como prometeram os neoliberais ao combater o modelo burocrático, o Estado somente troca de estratégias para manter o seu controle. No modelo burocrático, as ações dos servidores seguem controles e regulamentos no processo de execução da ação pública. No modelo da nova gestão pública, o enfoque é nos resultados da ação, sem grandes preocupações com o conteúdo de sua missão. Criam-se, para aferição desses resultados, diversas instituições de controle, públicas, privadas ou público-privadas, e mecanismos de controle e

responsabilização para levar os servidores a adaptarem-se aos novos critérios de desempenho e qualidade e a respeitarem os novos procedimentos que, segundo Dardot e Laval (2016) são tão burocráticos e dispendiosos quanto as regras da burocracia clássica.

Por outro lado, há consequências nefastas nos controles da nova gestão pública neoliberal. Uma dessas consequências é a hiperobjetivação dos serviços prestados, que acabam se concentrando nos indicadores de desempenho a serem avaliados, sem se preocupar com a sua missão pública. Isso acaba por instrumentalizar, por exemplo, a atuação de determinados profissionais como médicos, juízes e professores, categorias consideradas dispendiosas e pouco produtivas pelos neoliberais. Outra consequência é a despolitização do cidadão que, ao ser transformado em consumidor, acredita que paga somente por aquilo que consome, passando a ter uma visão negativa dos impostos e a não ter compromisso com o bem comum (DARDOT; LAVAL, 2016).

No Brasil, segundo Pires e Reis (1999), o neoliberalismo começou a estabelecer os seus tentáculos na década de 90, no governo de Fernando Collor de Melo. Para essas autoras, é válido observar que essa doutrina econômica estabelece-se mesmo antes de o Brasil ter desenvolvido seu estado de bem-estar social. Isso faz com que aqui tenhamos consequências mais nefastas desse fenômeno. Inicia-se, nesse período, a adoção de uma série de medidas liberalizantes: abertura comercial, privatização de estatais, redução dos gastos públicos (austeridade), reforma tributária e previdenciária, liberalização do mercado e dos agentes financeiros, diminuição do custo do trabalho para alavancagem da concorrência dos produtos e dos lucros, entre outras medidas.

Essas recomendações foram difundidas aos países periféricos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo BM, principais aparelhos ideológicos dos países neoliberais centristas. Essas instituições internacionais tornaram-se porta-vozes dos governos conservadores de países desenvolvidos, dos representantes de instituições financeiras e dos presidentes de bancos centrais que, em Washington, em 1989, “procederem a uma avaliação da economia dos países tomadores de empréstimos, que apresentavam resultados insuficientes segundo lógica de acumulação de capitais” (SILVA, 2005, p. 256).

Esse encontro na capital americana gerou um modelo de reformas para os países em desenvolvimento, sistematizado por John Williamson, que ficou conhecido como *Consenso de Washington*. A palavra consenso faz alusão à aderência

consensual dos países latino-americanos, muitos deles já iniciados nesse tipo de reforma, implementadas anteriormente nos países desenvolvidos. Nessa proposta de mudanças para os países devedores, a necessidade de mudanças estruturais e de uma aplicação de um plano de estabilização econômica eram condições para a liberação de novos empréstimos ou para extensão de prazo dos já contraídos. A intenção dessa reunião era imprimir o modelo neoliberal a ser implementado pelos governos dos países em desenvolvimento nas décadas seguintes (SILVA, 2005).

Inicialmente, foi formulada uma primeira geração de reformas, cujo objetivo era estimular a circulação de capitais na América Latina. Segundo Silva (2005), eram previstas, nesse pacote

a reforma do Estado, da previdência e reforma fiscal, a política de privatização de empresas estatais, a redução orçamentária de gastos públicos nacionais, o controle inflacionário, a política de facilitação de competitividade externa, a desregulamentação e regulamentação pela ótica privada, a estabilidade das instituições bancárias, a liberalização do fluxo de capitais, a obtenção de superávit primário, a política de incentivo do setor privado e de flexibilização dos contatos de trabalho (p. 256).

Em 2002, em um seminário em Brasília, John Williamson, diante dos poucos resultados das reformas de primeira geração, defendeu que o Brasil deveria aprofundar suas reformas. Propôs, então, um segundo pacote que englobava um aprofundamento das modificações no Estado e nos serviços ofertados pelas instituições públicas (escolas, universidades e instituições do sistema de saúde).

Fazem parte também desse segundo pacote de ações a implementação dos acordos assinados com a Organização Mundial de Comércio (OMC), a adoção de códigos e normas financeiras internacionais, o combate à corrupção, a intensificação da flexibilidade dos contratos de trabalho, a construção de uma rede de segurança social e a redução da pobreza. A OMC também propõe mudanças na educação com o intuito de torná-la um produto comercializável, ou seja, um serviço subordinado às leis do comércio, capaz de ser explorado pelo livre-mercado internacional (SILVA, 2005, p. 257-258).

Para que essas reformas neoliberais fossem possíveis, o Brasil, nas décadas de 1990 e 2000, procurou mudar a legislação que vigorava nesse período. Segundo Silva (2005, p. 257),

o governo federal, entre 1990 e 2002, tornou-se sujeito ímpar no processo de ajuste e implementação de políticas sociais de corte neoliberal, na medida em que alterou a Constituição Federal de 1988, por meio de emendas e leis infraconstitucionais, além de medidas provisórias (MP). Portanto, ao subscrever os acordos internacionais com FMI e Banco Mundial, exigiu que o governo, no plano interno, instituísse preceitos jurídicos e normativos que reconfigurassem a ordem econômica e social do país.

Segundo essa autora, além das pressões do FMI, do BM e da OMC, havia fortes influências dos investidores, dos credores e de empresas transnacionais para uma reconfiguração do modelo desenvolvimentista adotado à época. Diante desse cenário, o Brasil acabou consentindo a subscrição ao modelo de desenvolvimento econômico neoliberal e a adoção de medidas restritivas no campo social e educacional.

Nos mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2003), essas medidas alcançaram, no Brasil, o seu ponto alto e, de lá para cá, a cada ano percebemos o neoliberalismo como perspectiva de sucessivos governos, em maior ou menor grau de aderência. Todas essas medidas são tomadas, segundo esse discurso, em prol de tornar o Brasil moderno e apto ao crescimento econômico e ao desenvolvimento. Segundo Silva (2005, p. 259), a partir do momento em que consente essa mudança de modelo econômico, passou-se a defender um Estado que se ocupasse dos interesses do capital e a

desmontar o Estado nacional-desenvolvimentista voltado para a construção da infraestrutura, polos industriais e petroquímicos, indústria de base, rede de transportes e provedor dos direitos sociais, com o argumento de que a intervenção estatal coíbia o desenvolvimento do capital.

No discurso de sucessivas reformas neoliberais que presenciamos nas últimas décadas, o Estado é sempre destacado como ineficiente e os serviços públicos são destacados como de má qualidade. Segundo Carinhato (2008, p. 43),

em boa medida, foi esta a retórica utilizada pelos ideólogos do neoliberalismo que, ao assumirem o poder presidencial em meados dos anos 90, disseminaram a ideia de ineficiência estatal e necessidade de reformas que colocassem o país na rota do crescimento econômico que minoraria as desigualdades sociais.

Percebe-se, no discurso dos neoliberais, já nessa época, um clamor por reformas que aproximassem a gestão governamental da gestão das empresas privadas, com valores como eficiência, racionalização, otimização, economia de recursos e concorrência e uma falsa promessa de que o crescimento da economia iria diminuir a desigualdade social.

Com o mote da busca da eficiência dos serviços públicos, começam a ser implementadas reformas do Estado brasileiro a fim de adequá-lo aos moldes da NGP. Em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) publica

o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado que demonstrava a intenção de tornar o Estado brasileiro mais regulador e administrador do que provedor de serviços e bens. No entanto, esse foi um período de grande efervescência política, em função do término da ditadura militar. Contraditoriamente, essas reformas eram justificadas como resultado das exigências dos movimentos sociais que lutavam pela ampliação do direito à educação pública e criticavam a estrutura rígida, burocrática e centralizada das reformas (MARQUES, 2020, p. 9).

Esse modelo de gestão, introduzido nesse contexto contraditório apontado pela autora, torna-se tendência no Estado brasileiro desde então, estando presente em governos de direita ou mais progressistas. O MEC, nesse período, tem suas competências reformuladas e é transformado em “um organismo eficaz de formulação, coordenação e acompanhamento de políticas públicas na área educacional e a consequente redução de seu papel executivo” (SILVA, 2005, p. 260). A educação brasileira é descentralizada, e o MEC passa a ter as funções de coordenar a política educacional nacional, articular os diferentes níveis de formação e exercer funções normativas, redistributivas e supletivas em relação às demais instâncias educacionais.

Ao abandonar o papel de executor da política educacional, o Estado abre a possibilidade de atuação do mercado empresarial na educação. Há um deslocamento de instituições públicas da esfera pública para a esfera do privado. Esse processo tende a “aprofundar as condições históricas de discriminação e de negação dos direitos e bens sociais e culturais a que está submetida ampla parcela da população brasileira” (SILVA, 2005, p. 261).

Rocha (2021), ao analisar como se formou o movimento da nova direita que venceu as eleições de 2018 no Brasil, constata que houve mutações no neoliberalismo

contemporâneo no Brasil e que são pautas dos neoliberais envolvidos nesse movimento o rompimento do pacto democrático de 1988 e a diminuição paulatina de direitos assegurados pela Constituição Cidadã originada desse pacto. A fim de tomar o poder e modificar as políticas de Estado, os defensores do mercado alinharam-se aos conservadores em um projeto que apostou “na substituição de seu substrato progressista por um novo amálgama de ideias: o ultraliberalismo conservador” (ROCHA, 2021, p. 20). Esse grupo político que compõe a ultradireita agrega pautas bastante distintas, associando esse pacto federativo e suas consequências sociais e institucionais a uma consolidação de uma hegemonia cultural esquerdista que deveria ser combatida. Há outras mudanças recentes no neoliberalismo devido ao seu alinhamento com o conservadorismo e com o autoritarismo percebidos por Brown (2019) e Rocha (2021), mas que não trariam argumentos para a discussão do objeto que se está analisado, por isso não serão abordados neste estudo.

Não é de se estranhar que todas essas transformações econômicas, sociais e ideológicas provocadas pelo neoliberalismo chegassem à escola, instituição do Estado responsável pela propagação de seus ideais, e a próxima seção analisará como se dão as modificações nas práticas escolares e nas práticas dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico: professor e aluno.

Neoliberalismo e educação

A educação escolar, como principal meio de reprodução dos objetivos do Estado enquanto formação das novas gerações, acaba sendo cooptada pela ideologia neoliberal (FREITAS, 2018). Segundo Mészáros (2008, p. 35),

a educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - ao propósito de não só fornecer conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade [...].

Paulatinamente, a educação acaba adotando uma série de práticas neoliberais, que transformam o que é ensinado e como se ensina na escola. Uma dessas manifestações neoliberais na educação é a transformação da escola em organização. Nas organizações, a preocupação é com os aspectos burocráticos, com a gestão, com o

funcionamento, com a organização, e o maior interesse reside nos resultados, no desempenho, na performance dos estudantes. Segundo Coêlho (2012a, p. 61), quando uma escola busca alinhar-se com as necessidades sociais e trabalha para “atender as exigências do Estado e às expectativas da sociedade, e em tornar-se eficiente e produtiva, alcançar bons resultados nas avaliações”, ela deixa de ser uma instituição¹⁰ e acaba se tornando operacional, negando, o que, para esse autor, é a sua natureza. Ela se torna uma organização. Manifesta-se, nas organizações, o que Coêlho (2012a, p. 62) chama de “lógica pragmática e instrumental” em que o saber é “reduzido a informação, verdade pronta, produto, mercadoria”.

Paro (1999) destaca que essa transposição de valores da empresa para as escolas é um equívoco, tendo em vista que os fins da escola e da empresa são muito distintos. Segundo ele, a administração de uma organização capitalista é concebida para dar conta dos problemas relacionados à eficiência e ao controle do trabalho, tendo como escopo a obtenção de lucros por meio da exploração do trabalhador. A finalidade da educação, por outro lado, visa à constituição de sujeitos por meio da formação humana. Nesse processo de formação, o homem transcende seu instinto e torna-se ético, assumindo uma posição de não-indiferença diante do mundo e da sociedade, em uma relação de colaboração, não de dominação. Ele adquire valores e passa a julgar suas ações. Percebe-se, nessa comparação, que os interesses da escola e os da empresa são antagônicos.

Como a educação, na cartilha neoliberal, busca servir a propósitos empresariais, a preparação para o mercado de trabalho competitivo acaba tomando o centro do processo educativo. A formação escolar no ensino básico, na perspectiva neoliberal, é sempre uma preparação para a formação profissional (LAVALL, 2019). Para inserir os alunos na cultura da empresa, estabelece-se, na escola, uma competitividade, com ranqueamento de alunos a partir de um sistema avaliativo que reforça a disputa, proclamando-se os méritos do livre mercado e da livre iniciativa. O foco do processo de ensino-aprendizagem são as competências e habilidades que preparam o indivíduo para uma vida produtiva no mercado. Segundo Lima (2007, p. 49),

¹⁰ Coêlho (2012a) opõe a organização à instituição. A escola como instituição, defendida pelo autor, é um local “de formação humana, a escola cultiva e ensina o saber vivo, instituinte, provocante da inteligência, da imaginação e da sensibilidade de docentes, discentes, seres humanos em geral” (p. 77).

podemos dizer que em matéria educacional, o projeto neoliberal não se diferencia muito dos seus objetivos econômicos e ideológicos, quais sejam: expansão do mercado livre, a drástica redução da responsabilidade governamental pelas necessidades sociais, o reforço das estruturas intensamente competitivas de mobilidade, o rebaixamento das expectativas das pessoas em termos de segurança econômica e a popularização de uma determinada forma de pensamento de evolução social.

Como se percebe, é propagada pelos neoliberais a ideia de que os méritos de cada um o colocam no lugar merecido. No sistema educacional brasileiro, o ranqueamento das instituições a partir de um sistema de avaliação em larga escala estabeleceu uma competição entre escolas, municípios e estados. Cada unidade escolar tem sua nota a partir dos méritos alcançados pelos alunos, criando-se uma disputa acirrada entre entidades educacionais. Notas altas são consideradas uma boa prestação de serviço público, nessa perspectiva, notas baixas indicam que a unidade escolar não prestou um bom serviço à sociedade, merecendo ser preterida pelas que obtiveram sucesso na livre concorrência do mercado. Segundo Freitas (2018), essas avaliações são essencialmente instrumentais e são elaboradas a partir de matrizes de habilidades e competências úteis ao mercado.

A intenção dos neoliberais é convencer o cidadão de que ele pode escolher as melhores escolas do mercado educacional e fazer com que as escolas se esforcem para melhorar seus resultados para conseguirem vencer a disputa mercadológica. De acordo com Lima (2007), a educação, nesse sentido, passa a ser encarada como mercadoria, algo possível de ser escolhido seguindo os critérios das demais mercadorias e serviços, ou seja, a partir de um controle de qualidade. E as escolas são vistas como empresas, que devem melhorar seus processos para garantir melhores resultados e para manter seus clientes.

A ação do Estado, nessa política de avaliação e responsabilização das escolas, acaba se reduzindo a garantir recursos para a educação. Todo processo de melhoria da educação passa a ser responsabilidade das escolas e dos professores. O Estado mínimo não se responsabiliza pela melhoria do seu sistema educacional, apenas o controla a partir dos resultados de uma política avaliativa meritocrática. Não se pode deixar de notar também o que ressalta Lima (2007, p. 51) quando afirma que “o extremo individualismo, proposto por esse modelo, não favorece as políticas democráticas de participação e compromisso com a realidade social”.

Como se pode inferir, nesse modelo de educação, a escola como instituição é colocada de lado, estimulando-se uma formação despolitizada, indiferente e acrítica, preocupando-se somente com a posição que os alunos ocuparão no mercado de trabalho e com a manutenção de sua capacitação para que possam competir e manter suas conquistas. Há uma difusão do “empreendedorismo” e o enfraquecimento das políticas públicas em detrimento da defesa da escola pública de qualidade e de uma formação que estimule e fortaleça entidades e associações comunitárias, solidárias, que fortaleçam a coesão social. As finalidades de transformar a sociedade no sentido de dizimar as desigualdades e de fazer com que as pessoas possam participar politicamente das decisões e aperfeiçoar a vida coletiva são abandonadas. Nesse sentido, segundo Dias Sobrinho (2001), o neoliberalismo, ao valorizar práticas individualistas, dissolve e enfraquece a comunidade e dissipa as relações sociais cooperativas. Em vez de formar para a ética e para a cidadania, a educação, nesse modelo econômico, ensina habilidades e competência úteis para o indivíduo em sua vida prática.

Outra marca do sistema de educação neoliberal, segundo destaque de Lima (2007, p. 54), é que ele é “avesso à própria ideia de cultura, privilegiando o puro tecnicismo, que anula o sentido das humanidades relegadas à condição de ornamentos ou de anacronismo tolerado.” Ao enaltecer a modernização e o avanço da técnica, o neoliberalismo institui uma perspectiva de educação que torna o indivíduo cada vez mais objetivo e racional. Como afirma Coêlho (2012a), as escolas viram centros de treinamento onde se conhecem, repetem-se e transmitem-se conteúdos. Elas, infelizmente, deixam de ser espaços de pensamento, de criação e de humanização. Há um abandono da intenção de “provocar a sensibilidade, a imaginação e a reflexão dos estudantes” (COÊLHO, 2012a, p. 65). Na racionalidade neoliberal, prevalece a ideia de que o domínio amplo do saber sistematizado pela humanidade é supérfluo (LAVAL, 2019), e a escola tende a deixar de contribuir para a atualização histórico-cultural das novas gerações.

Material apostilado, métodos de ensino detalhados, plataformas de educação a distância, produtos tecnológicos, assessorias de grandes empresas do capital, uniformização e redução dos conteúdos, essas são algumas das estratégias das escolas-organizações, dos centros de treinamento neoliberais (FREITAS, 2014). Em busca de resultado rápido e quantificável, a escola vem desenvolvendo estratégias utilitaristas e ensinando o que é necessário no mundo do trabalho. O debate de ideias e o pensamento

crítico, portanto, acabam minimizados. O ensino, nessa perspectiva, passa a ser encarado como um instrumento para a mudança de etapa de ensino ou para o alcance de posições no mercado de trabalho, e o saber “não é mais um bem que se adquire para fazer parte de uma essência do humano [...], mas um investimento mais ou menos rentável para indivíduos com dotes materiais e intelectuais desiguais” (LAVAL, 2019, p. 48).

Laval (2019) afirma que a escola é o principal alvo do neoliberalismo porque é a partir dela que se pretende formar uma nova subjetividade, a do homem-empresa. Segundo esse autor, há uma transformação em curso nas sociedades neoliberais, uma modificação das relações do indivíduo com seus pares e dele consigo mesmo. O indivíduo é levado a se considerar um “capital humano”, aquele capital de características humanas, racionais, que se valoriza somente quando é útil ao mercado. A partir de seus próprios recursos, ele deve incrementar suas qualificações ao longo da vida para “aumentar sua produtividade, sua renda e suas vantagens sociais” (LAVAL, 2019, p. 52). Por isso, é necessário começar seus estudos desde cedo para tornar-se um ser rentável, um empreendedor de si mesmo.

A escola neoliberal contribui nessa tarefa porque tem como alicerce a eficiência, o desempenho e a rentabilidade. Com o mote de proporcionar a igualdade entre os indivíduos, o sistema escolar neoliberal deseja levar cada um a extrair de si o melhor possível, estimulando a rivalidade, a concorrência e a competição entre alunos a partir de testes e avaliações sistemáticas. Ao analisar a proposta neoliberal de educação, que objetiva o desenvolvimento do capital humano com fins profissionais, Laval (2019, p. 52) destaca que

não há nenhum altruísmo na aquisição do capital humano. Tal concepção pressupõe que ‘a escolha da profissão’ é unidimensional: a única coisa que interessa é a renda que a profissão escolhida proporcionará. Ela deixa de lado todas as representações de futuro ligadas às condições presentes, aos valores transmitidos e às oportunidades apresentadas, e esquece que a relação do indivíduo com a vida ativa é uma relação que envolve tanto uma história pessoal e coletiva como relações entre as classes sociais, os sexos e os grupos etários. Na concepção utilitarista da escolha profissional, tudo é comandado pelo esforço racional para adquirir uma renda suplementar, e o próprio esforço é determinado pela taxa de retorno esperada do investimento.

Segundo Dias Sobrinho (2001), o darwinismo social é outra consequência desse sistema de competição, que não se preocupa com a exclusão daqueles que não se adaptam à competitividade. O fracasso acaba naturalizado, e os fracassados acabam excluídos, colocados à margem, julgados incompetentes e pouco esforçados. A ideologia do sistema capitalista neoliberal culpabiliza o indivíduo que não se adapta à concorrência, desprezando as responsabilidades do sistema, que não oferece condições de partida semelhantes para todos. Sem essa equidade, os ganhadores e os perdedores já estão definidos no ponto de partida, salvo exceções.

Na escola brasileira contemporânea, podemos perceber uma tendência ao produtivismo no processo de ensino-aprendizagem e a centralidade das avaliações nesse processo. Muitas famílias e sistemas educacionais acreditam que, quanto maior for a quantidade de atividades e de avaliações dos filhos/alunos, maior será o benefício futuro quando eles ingressarem no mercado de trabalho. A formação básica dos adolescentes e jovens já se inicia em busca do aprimoramento do sujeito-empresa com as atividades do ensino básico conjugadas com cursos de idiomas (muitas vezes, a escola tem em sua proposta o ensino bilíngue), oficinas diversas de esporte, de robótica e de reforço escolar, entre outras. Na grade curricular das escolas, há a presença de disciplinas com enfoque no projeto de vida e no empreendedorismo no ensino básico, iniciativa que já existia nas escolas privadas e que migrou para as públicas com a aprovação do Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017). Desde cedo, os alunos são estimulados a pensar nas responsabilidades sobre sua vida e nos resultados que suas ações presentes terão no futuro trabalho que irão exercer quando saírem da escola.

Outro elemento que corrobora com essas práticas educacionais de preparo para o ingresso no mundo do trabalho e busca estabelecer controle sobre o que e como se ensina é a BNCC. Segundo Macedo (2014), essa base comum que visa a ancorar os currículos locais vem sendo pensada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que, em seu artigo 26, já preconizou a sua elaboração. Desde essa data, segundo essa autora, grupos políticos neoliberais vêm gestando uma forma de promover “intervenções centralizadas no currículo, na avaliação e na formação de professores” (MACEDO, 2014, p. 1533), tripé das reformas propagadas como necessárias para elevar a qualidade da educação.

Uma das primeiras ações desse projeto neoliberal foi a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e das matrizes de referência das avaliações

em larga escala que passaram a aferir a qualidade da educação nacional. Segundo Macedo (2014, p. 1533), nesse período,

paralelamente, agentes sociais privados apareciam no cenário da educação, buscando interferir nas políticas públicas para a educação também com perspectivas de maior controle sobre os currículos. Fundações ligadas a conglomerados financeiros como Roberto Marinho, Victor Civita, Ayrton Senna e Lemann, empresas como Natura, Gerdau e Volkswagen, grupos educacionais como CENPEC e “movimentos” como o Todos pela Educação são alguns dos exemplos.

Embora não seja um fenômeno exclusivo do Brasil, essa interferência do setor privado na educação foi logo ganhando notoriedade por aqui e influenciou substancialmente o debate a favor da centralização curricular como forma de melhorar a educação e a elaboração da nossa base comum. Partindo de uma necessidade já abordada no PNE, a BNCC foi homologada em 2017. Macedo (2014) investiga como o discurso neoliberal que apregoa um conceito de qualidade da educação alinhado a seus objetivos tornou-se hegemônico e passou a dominar a elaboração desse documento. Disfarçado em uma linguagem própria de uma pedagogia neoliberal, baseada na aprendizagem e na necessidade de avaliação para se aferir a qualidade do processo educativo, o discurso neoliberal acabou ganhando a aderência de muitos profissionais e de muitas entidades ligadas à educação. Os neoliberais propagam a ideia de que a qualidade só será garantida quando se houver o controle do que é ensinado e do que é aprendido por meio de avaliações.

Mapeando a rede que debateu a construção da base comum brasileira, essa autora notou a presença massiva de instituições privadas e das fundações já mencionadas na formulação de um discurso vigoroso que, tendo o mote da garantia dos direitos iguais de aprendizagem para todos, esconde as intencionalidades de controle e monitoramento das performances de professores e das escolas, adotando práticas empresariais do mercado para problemas complexos como os educacionais (MACEDO, 2014). Há, como se percebe, uma nítida interferência do setor privado em questões públicas, como a educação.

Essa colaboração/participação dos representantes do setor privado não é despreziosa e sem intenções. Com a BNCC, reforçou-se um mercado já existente de novos materiais, metodologias, plataformas e avaliações para que todas as escolas possam padronizar seu ensino, adequando-se a essa nova exigência que surge como

política pública, mas que tem forte influência do mercado. As parcerias com essas instituições privadas acabam transferindo responsabilidades do Estado para atores do mercado, diminuindo cada vez mais as responsabilidades deste e implementando os pilares do neoliberalismo.

Freitas (2014), ao analisar as mudanças que o neoliberalismo produz no trabalho do professor, destaca as transformações que ocorrem na formação do professor e que refletem no seu trabalho. Segundo ele, com os profissionais da educação, opera-se

a mesma desqualificação que ocorre no interior dos processos produtivos com a introdução de novas tecnologias e com os controles gerenciais, ou seja, os profissionais vão tornando-se facilmente substituíveis e, portanto, aligeira-se a sua própria formação profissional (p.1103).

Essa tendência neoliberal materializou-se na proposta da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) que, segundo Freitas (2014), distancia os professores de uma formação avançada e crítica, alinhando-a “às exigências restritas do domínio do conteúdo expresso no currículo oficial” (p. 1103). Alinhada à BNCC, a BNC-Formação contribui para a padronização da cultura escolar e dificulta os avanços em direção a uma formação mais alargada cujo objetivo é a formação integral da juventude.

O ritmo do trabalho do professor acaba também alterado na escola-organização. Como os processos pedagógicos são controlados por avaliações e por currículos padronizados, há uma velocidade estabelecida para que cada conteúdo seja ministrado e avaliado. Isso acaba influenciando o desempenho do professor, pois se

impõe uma cultura escolar e define o ritmo de ensino do professor em sua sala, marcado pelas avaliações locais preparatórias para as avaliações em larga escala. Este processo é controlado pelos gestores das escolas que não só acompanham o avanço do desenvolvimento do conteúdo nas salas de aula através das apostilas, como define quando ocorrerão simulados e avaliações locais (não raramente de periodicidade bimestral) em articulação com avaliações externas (FREITAS, 2014, p. 1100).

As visões alternativas da organização do processo pedagógico não têm mais espaço no interior da escola. Há um engessamento das práticas pedagógicas e das avaliações, e o professor precisa modelar o seu trabalho para alinhá-lo às demandas externas à escola. Essa modelagem empobrece o processo pedagógico, o trabalho do professor e a qualidade da formação humana dos seus egressos. Em vez de formar para

emancipar, a educação passa a fornecer às empresas e ao sistema econômico indivíduos educados para não resistir à cassação dos seus direitos, atendendo a uma ordem que preserve o sistema e suas desigualdades (MÉSZÁROS, 2008).

Considerações finais

De um lado, avaliações em larga escala controlando os resultados dos alunos e cobrando do professor sua responsabilidade de ensinar determinadas habilidades e competências; do outro, a BNCC, prescrevendo o que o ensino deve garantir para que se efetivem o direito de aprendizagem e a equidade de oportunidades entre os estudantes; acima de todos, o mercado, cobrando a formação de novos sujeitos-empresas: como pode ser pensado o trabalho do professor diante desses limites?

Na lógica da organização-escola neoliberal, o professor seria um reproduzidor de dados e informações organizadas e sistematizadas, habilidades e competências didático-pedagógicas e de gestão. É aquele que, a partir do domínio da técnica, da tecnologia e do conhecimento sistematizado, garante o bom funcionamento e o controle da sala de aula a fim de garantir as finalidades das políticas educacionais que objetivam conformar os indivíduos e formar a mão de obra qualificada para o mercado, o futuro consumidor, o empreendedor de si mesmo, o sujeito-empresa.

Nessa perspectiva, não é necessária para o docente uma formação profissional crítica, que interrogue a natureza, a finalidade da educação e a estruturação desigual da sociedade. Sem o compromisso de estimular os alunos a pensarem, criarem, sentirem, participarem das decisões coletivas e desejarem o bem comum, o professor passa a ser um mero burocrata, um reproduzidor de métodos, um treinador que aplica uma série de atividades, geralmente produzidas por outrem (uma secretaria de educação ou ministério) e colhe, avalia e quantifica os resultados produzidos pelos alunos. A partir desses resultados, está o indivíduo formado, certificado e preparado para competir no mercado de trabalho em busca do seu espaço e do seu sucesso como empreendedor de si mesmo. Ele irá desfrutar do capital acumulado, se obteve mérito na acumulação, e terá de ter flexibilidade para lidar com as constantes mudanças que ocorrem no mundo contemporâneo.

O docente passa a ser visto como um profissional que, a partir da aplicação de sua técnica, pode gerar determinados resultados desejados para seus discentes. Esses

resultados, inclusive, devem ser produzidos no menor tempo possível e com a menor utilização de recursos. Não há espaço para o tempo que viabiliza a reflexão, que provoca o intelecto e a inteligência. Dificilmente, dominado por currículos e avaliações que organizam e controlam o processo de ensino-aprendizagem, o professor levará seu aluno à universalidade que dá sentido às informações e que torna os conteúdos estudados significativos. O que se faz, na educação neoliberal, paradoxalmente, é a instrumentalização de indivíduos reprodutores de informações e de conhecimentos prontos, muitas vezes transmitidos por plataformas, com ou sem auxílio do professor.

Com essa descaracterização do trabalho do professor, perde-se, segundo Coêlho (2012b, p. 93), o sentido e a finalidade da escola, que é “a iniciação lenta e persistente, crítica e rigorosa dos estudantes no mundo da reflexão, da ética, da tecnologia, das letras e das artes e das ciências”. Em uma sociedade neoliberal, a crítica e a reflexão são dispensáveis; a ética é a da primeira pessoa, o benefício do eu; a arte é consumida como produto, sem reflexão, numa experiência estética empobrecida; o conhecimento, fragmentado e despossuído de sentido.

Não há um compromisso com o olhar curioso e interrogativo ou com a humanização do indivíduo em formação. O professor passa somente a instruir, ele deixa de refletir e de interrogar, abandona seu objetivo primeiro, a promoção do “convite a girar o olhar do espírito, a se iniciar com rigor e radicalidade ao pensamento, à autonomia, à liberdade, à igualdade e à fraternidade” (COÊLHO, 2012b, p. 93).

Referências

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CARINHATO, Pedro Henrique. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. **Aurora**, nº 3, p. 37-46, dezembro, 2008.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual é o sentido da escola? *In*: COÊLHO, Ildeu Moreira. (org.). **Escritos sobre o sentido da Escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2012a. p. 59-85.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Formar professores para uma outra escola. *In*: COÊLHO, Ildeu Moreira. (org.). **Escritos sobre o sentido da Escola**. Campinas: Mercado das Letras, 2012b. p. 87-107.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Bointempo, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

LIMA, Marcio Javan Camelo de. Neoliberalismo e educação. **Studia Diversa**, CCAE-UFPB, vol. 1, n.º. 1, p. 44-61, outubro, 2007.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03, p. 1530 – 1555, out./dez., 2014.

MARQUES, Luciana Rosa. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista** [on-line], Curitiba, v. 36, e69772, p. 1-18, 2020. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/er/a/sZktftH73Rxt4DnHCmKrnFp/?lang=pt#>>. Acesso em 30 mar. 2022.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. *In*: FERRETTI, Celso João; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita N. (org.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 101-120.

PIRES, Maria Fernanda Chiri; REIS JÚNIOR, Reinaldo de Lima. T. Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 3, n. 4, p. 29-39, fev., 1999.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: O liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1985.

SILVA, Maria Abádia da. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 255–264, 2005. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3251>. Acesso em 13 abr. 2022.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa**. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

Enviado em: 16/05/2023.

Aceito em: 26/11/2023.

Publicado em: 30/12/2023.